

DISCIPLINA E NORMALIZAÇÃO EM LUIZ ANTONIO DOS SANTOS LIMA: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO ESCOLAR SOB MEDIDA

Juliana da **Rocha e Silva** – UFRN

Antônio Basílio Novaes Thomaz de **Menezes** – UFRN

Agência Financiadora: CNPq

Neste estudo, analisamos o pensamento educacional do médico e educador Luiz Antonio dos Santos Lima (1890-1961), atendo-nos às medidas de higiene mental por ele propostas para a implementação do ensino sob medida nas instituições escolares brasileiras no início do século XX. Buscamos, com isso, compreender como os poderes disciplinar e normalizador da época estavam imbuídos no seu pensamento e como eram manipulados pela intelectualidade para a formação de corpos e mentes sadios e adaptados para o progresso do Brasil de outrora.

Um recorte temporal que englobe o contexto histórico do final do século XIX e início do século XX – período das nossas investigações – traz as práticas de higienização física e mental da população como a medida política emergente. Dessa forma, temos ciência de que o tema do movimento higienista tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento (antropologia, psiquiatria, medicina, história, etc.); o mesmo acontecendo com o movimento pró-higiene mental. Temos, por isso, claros os limites da nossa discussão, traduzidos pela impossibilidade de esgotar todos os complexos elementos que edificam o fenômeno da higienização dos corpos e mentes das crianças.

Por conta dessa limitação, que faz emergir a necessidade de escolhas, escolhemos a obra cara “Hygiene Mental e Educação”¹, de Luiz Antonio dos Santos Lima (1927), por termos a percepção de que ainda não se esgotou a necessidade de estudo e de divulgação do ideal sanitarista proposto pelo médico e educador potiguar.

Na tentativa de enriquecer as pesquisas que têm sido feitas pelos grupos de estudos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pretendemos resgatar a pessoa que Luiz Antonio foi, o ideário pedagógico que postulou e como contribuiu para a História da Educação Brasileira, especificamente para a historiografia

¹ Por fidelidade e registro histórico, optamos por manter as formas ortográficas e gramaticais dos originais antigos citados.

educacional norte-rio-grandense, apresentando a proposta da medida certa para o ensino escolar que ele elaborou.

A escolha do pensamento educacional de Luiz Antonio dos Santos Lima como elemento central deste trabalho é justificada pela constatação de que os estudos sobre sua proposta ainda estão em quantidade insuficiente para apresentá-lo à sociedade brasileira como o intelectual que colaborou com os seus conhecimentos médicos e educacionais por mudanças sociais a nível estatal e nacional.

Essa investigação bibliográfica ancora-se na obra “Hygiene Mental e Educação” – tese de doutoramento de Luiz Antonio dos Santos Lima, publicada e apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1927, como requisito para a conclusão do curso de Medicina – como fundamentadora das pesquisas.

Cabe, porém, antes de analisarmos sua proposta de ensino sob medida, descobrirmos quem foi Luiz Antonio dos Santos Lima e qual a importância de resgatarmos seu nome em meio às figuras importantes da historiografia médico-educacional brasileira.

Luiz Antonio dos Santos Lima – por que estudá-lo?

Luiz Antonio Ferreira Souto dos Santos Lima, nascido no dia 15 de setembro de 1890 em uma família humilde, na cidade de Assú (município do Rio Grande do Norte), desde cedo se mostrou inteligente, compondo versos, recitando, discursando com eloquência. Foi através da mãe, Ana Souto Lima, que iniciou os estudos primários até quase completar 9 anos.

A morte do pai, Galdino dos Santos Lima, em 1889, fez com que a família, composta pela matriarca e seus nove filhos², se mudasse para Natal. Tal fato permitiu que Luiz Antonio frequentasse a escola e completasse seus estudos primários.

Ingressou no curso de humanidades do Atheneu norte-rio-grandense e decidiu pela carreira do magistério, tornando-se aluno da primeira turma da Escola Normal de Natal, fundada por Pedro Velho. Obtém o diploma de professor primário

² Entre eles, Nestor dos Santos Lima (1887-1959) cujos trabalhos e participação ativa nas questões educacionais do estado do Rio Grande do Norte também tiveram ampla repercussão para o ensino brasileiro.

no dia 04 de dezembro de 1910 e, nesse mesmo mês, é nomeado para a magistratura no Grupo Escolar Augusto Severo.

Considerando seu desempenho como professor, descobrimos que Luiz Antonio dos Santos Lima

Foi louvado pela sua atuação no *Livro de Honra*, criado pelo Artigo 195, da Lei Orgânica do Ensino de 1916, na qual homenageavam os professores primários que se destacassem. Por ato do Diretor Geral da Instrução Pública, Manoel Dantas, em 26 de março de 1919 foi louvado por haver lecionado com aproveitamento a 54 alunos no ano de 1914, a 51 educandos no ano de 1915 e a 62 alunos no ano de 1916. (COSTA; MORAIS, 2010, p. 5, grifo da autora).

Nos relatórios anuais de 1911 a 1914, do diretor do Grupo Escolar Augusto Severo, Luiz Antonio “continua a ser um dos mais distintos servidores da causa do ensino pela competência, pela educação e pela pontualidade” (COSTA; MORAIS, 2010, p. 5).

Leciona Física, Química e História Natural na Escola Normal de Natal e a última disciplina no Atheneu, além de ministrar o curso particular dessas disciplinas, no qual Luís da Câmara Cascudo foi seu aluno. No relato sobre as aulas de seu professor, o escritor potiguar escreve que

nós (alunos) víamos tudo através da exposição magistral. Foi um exemplo de fidelidade vocacional, interesse pelo discípulo, dedicação pelo consulente. Nome indispensável em qualquer associação local, vibrante, incandescente, energia inextinguível e comunicante, inquieto, movimentado, dinâmico, debatedor, homem sem idade para o entusiasmo das atitudes e alegria da participação integral. (CASCUDO, 1998, p. 112).

Essa admiração pelo professor fez com que muitos dos seus alunos passassem naturalmente a optar pela vocação médica, farmacológica ou odontológica (CARDOSO, 2000). A militância em prol do ensino permite que Luiz Antonio seja um dos fundadores da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, da qual também presidiu.

Forma-se em Farmácia, na cidade do Recife, e uma vez terminado o curso, em 1919, decide regressar para Natal, onde se torna diretor da Escola Normal de Natal e da Escola de Farmácia de Natal. Presta serviços humanitários, trabalhando

voluntariamente para o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (atual Hospital Infantil), fundado pelo Dr. Varela Santiago – uma das suas atitudes benfazejas.

A respeito de seus trabalhos voluntários, Melo (1972, p. 231) explica que Luiz Antonio dos Santos Lima “tratava dos pobres de graça, dava o remédio e se interessava pelo tratamento e cura”; relata, ainda, que o seu consultório se caracterizava como “um viveiro de clientes pobres e amigos, mas raros eram aqueles que pagavam a consulta. Isto, entretanto, não lhe diminuía o interesse pela arte de curar, pelo restabelecimento do paciente”.

Em 1921, decide estudar medicina; conclui o curso em 1926. No ano seguinte, defende sua tese de doutoramento, intitulada “Hygiene Mental e Educação” – requisito para a obtenção do título de doutor em medicina.

Ao regressar a Natal, ainda no ano de 1927, trabalhou como chefe dos serviços clínicos dos pacientes indigentes no Hospital de Caridade Juvino Barreto (atual Hospital Universitário Onofre Lopes), dirigido por Januário Cicco. Em 1934, afastou-se da clínica médica por motivos políticos, porém continuou a freqüentar o hospital apenas para o atendimento de clientes particulares.

Através de concurso, tornou-se diretor da Escola Normal de Natal e do Departamento de Educação. Ao seu currículo, juntam-se também os cargos de sócio fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio Grande do Norte, membro da Loja Maçônica da Sociedade Filhos da Fé, da Academia Potiguar de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e diretor do Hospital Evandro Chagas.

Luiz Antonio, com o seu trabalho em prol do bem social, liderou campanhas contra o alcoolismo e analfabetismo. Segundo Veríssimo de Melo ³, o professor

Combateu ferozmente os vícios públicos, especialmente o álcool e o fumo. Nesse sentido fez conferências inúmeras no Estado, utilizando a cátedra como uma tribuna permanente na campanha contra os males que um e outro vícios determinam.

Inquietando-se também com a situação dos cancerosos que se tratavam no antigo Hospital Miguel Couto, decide comprar uma hospedaria no bairro das Quintas, em Natal, dispondo de leitos para a hospitalização dos doentes, o que permitiu a criação da Liga norte-rio-grandense Contra o Câncer.

³

MELO, 1972, op. cit., p. 231

A Liga, fundada em 17 de julho de 1949, teve Luiz Antonio dos Santos Lima como diretor – o qual adquire um aparelho de raio-x para diagnóstico e um para a radioterapia profunda. Foi Luiz Antonio o fundador e o pioneiro da radioterapia profunda no estado do Rio Grande do Norte.

Seu caráter tolerante e caridoso o faz pensar não somente na cura do corpo físico, como também em acalentar o espírito dos seus pacientes. Embora não professasse religião alguma, tinha conhecimento de que boa parte dos doentes era católica, por isso ergue, ao lado da Liga, a Capela de Nossa Senhora de Fátima.

Uma vez criada a Universidade do estado, o reitor Onofre Lopes indica o nome de Luiz Antonio para a direção. Feita a eleição, torna-se diretor embora por pouco tempo. Federalizada a Universidade, Luiz Antonio afasta-se do cargo, em 1960, devido à compulsória.

Convidado pelo próprio Onofre Lopes para dirigir o Hospital das Clínicas, assume a função em 10 de abril de 1961, quase aos 71 anos, sendo surpreendido nesse dia pela morte.

Diante da relevância que teve para o estado do Rio Grande do Norte, na cidade do Natal, existem três homenagens a sua figura: o Hospital Doutor Luiz Antônio (também conhecido como Hospital do Câncer/Liga contra o Câncer, situado no bairro das Quintas), a Escola Estadual Professor Luiz Antônio (no bairro de Candelária) e a Rua Luiz Antonio (no bairro do Alecrim).

Queremos lembrar o nome de Luiz Antonio Ferreira Souto dos Santos Lima pelo profissional que foi não apenas pelo exercício da clínica médica, a que se dedicou todo o seu tempo, mas sobretudo, pelo que realizou à frente de instituições de assistência. Foi “uma das grandes figuras da nossa profissão (médica) nos últimos cinquenta anos no Rio Grande do Norte”, afirma Clóvis Travassos Sarinho (1984, p. 73) ao falar do seu colega de profissão.

O médico, professor e diretor se mostrou um profissional competente e dedicado ao exercício das suas funções, primando pela disciplina e pelo bom exemplo. Viveu num período marcado pelas transformações sociais, políticas e econômicas de um Brasil recém republicano; transformações essas que dão todo um sentido para a defesa e publicação da obra “Hygiene Mental e Educação” (1927).

Luiz Antonio se destaca pelas formulações teóricas que teceu para os campos da medicina e da educação brasileiras. Suas contribuições permitiram que,

paulatinamente, ele se tornasse exemplo de comportamento e ética profissionais durante o período em que viveu.

A nós, que pertencemos à posteridade, incumbe tentarmos resgatar aquelas teorizações para podermos apresentá-lo como a figura, a pessoa de relevância que influenciou a paisagem médico-educacional do início do século XX e que aparece na imagem que esta pesquisa busca capturar. Esse resgate do pensamento de Santos Lima é importante, pois

como a sua herança cultural não se materializou na relação das possibilidades pessoais, cabe à nossa geração, aos seus contemporâneos, a defesa, a guarda, a vigilância ao nome, para que não se apague na lembrança do futuro. (CASCUDO, 1998, p. 113).

Trazemos, portanto, o propósito de oferecer uma contribuição no sentido de ampliar a reflexão a respeito do movimento pró-higiene mental e compreender o período de mudanças sociais em que vivia o país, bem como o espaço que ocuparam as medidas de higienização das mentes nesse ambiente marcado pela crise social. Assim, percebemos a tese de doutoramento de Luiz Antonio, somada aos diversos estudos sobre esse movimento, como um veículo que ratifica a preocupação no sentido do cuidar, construir e proteger a Nação brasileira dos novecentos dos distúrbios mentais, que seriam entraves ao progresso social e econômico.

A disciplina e a normalização

Para o estudo dessa concepção de ensino sob medida de Lima (1927), embasamo-nos nos conceitos propostos por Foucault (1995) e entendemos a escola como um instrumento de manutenção da ordem social estabelecida; uma instituição não-crítica de práticas sociais que forma os indivíduos dentro da perspectiva da ordem social em que estão inseridos (FOUCAULT, 2004).

Procedemos à análise histórica das condições políticas dos discursos que instituíram e alojaram a emergência da necessidade de um ensino sob medida para a educação completa das crianças do início século XX, a partir de Luiz Antonio, nosso objeto de estudo. Com isso, vemos o poder enquanto elemento capaz de

explicar como se produziram os saberes e como a sociedade foi constituída na relação entre ambos. Concordamos com o pensamento de Foucault (1982) de que não existem sociedades isentas das relações de poder; isentas dessas forças que atuam nos corpos.

Conforme pudemos observar a partir das leituras, o poder da sociedade analisada buscava satisfazer aos interesses da ordem estabelecida, conferindo legitimidade aos saberes que se engendravam e se organizavam para atender a esse poder. Aquelas relações entre poder e saber regularam os meios pelos quais os regimes políticos se justificaram e estabeleceram a política da verdade das representações sobre a sociedade.

Percebemos que essa análise feita por Foucault sobre as relações de poder e saber são proveitosas para a presente pesquisa, pois consideramos, nesse trabalho, o poder como elemento capaz de explicar como os saberes foram produzidos e como a sociedade do início do século XX foi constituída na articulação entre poder e saber.

Vemos, então, o poder como prática de conformação da sociedade e, no caso específico do exercido na escola, como “ação estruturante das ações” (VEIGA-NETO, 2005). Percebemo-lo como algo que não se possui ou se detém, mas como algo que se exerce. No mesmo sentido não há “o” poder emanando de um centro (comumente atribuído ao Estado) e sim relações de poder disseminadas por toda estrutura social, porque “provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1982).

A partir dessas leituras sobre a sociedade disciplinar, destacamos o indivíduo moderno como parte integrante essencial da população. Desse ponto de partida, percebemos a tecnologia de poder orientada para cada indivíduo (consideramos aquele em idade escolar), no sentido de governar contínua e permanentemente cada conduta, sustentando, assegurando e aperfeiçoando a vida de cada um.

Nesse trabalho, a instituição “escola” será considerada como um dispositivo de controle social, capaz de capturar por tempo variável os corpos dos escolares e submetê-los a variadas tecnologias do poder (VEIGA-NETO, 2005), aplicando sobre eles as práticas cotidianas de “docilização” (FOUCAULT, 1982).

Dessa forma, Foucault (2004) descreve como as sociedades humanas (essencialmente a ocidental) passaram por um processo de disciplinarização dos indivíduos, pela imposição de um poder sobre os corpos e as almas: aos militares,

para otimizar a guerra; aos operários, para produzir melhor; aos estudantes, para "educá-los" melhor. Transformaram-se, assim, os corpos em entes dóceis, disciplinados, limitados por esse poder microfísico, que restringe significativamente o campo de ações e comportamentos possíveis.

Na obra "Hygiene Mental e Educação", de Luiz Antonio dos Santos Lima (1927), a disciplina opera primariamente sobre o corpo infantil, que é tido como um objeto a ser analisado, estudado, docilizado, e conseqüentemente dominado, transformado e aperfeiçoado.

Nesse estudo, consideramos que é por intermédio desse corpo moldável que, no ambiente escolar, as almas infantis serão fabricadas e cultivadas. E, identificando-as como produto do investimento político do corpo e um instrumento do seu domínio, entendemos que a ortopedia física e moral dos escolares, materializada através da vigilância, do controle e da correção, buscará enquadrá-los nos padrões de normalidade daquela época.

Percebemos que os escolares, em Luiz Antonio, sob vigilância e disciplina constantes, são analisados individualmente em suas imperfeições – físicas, morais e mentais – e moldados através da inculcação e do cultivo de hábitos sadios para que estes passem a constituir a personalidade de cada um. Percebemos também que o desenvolvimento de bons hábitos está na proposta de higienização da sociedade do século XX com vistas ao progresso e a civilidade da nação brasileira.

Segundo o pensamento dos médicos sanitaristas do período, as práticas de higienização dos escolares gerariam corpos e mentes disciplinados. Na obra "Hygiene Mental e Educação", onde os problemas de disciplina são vistos como passíveis de análise e correção, Luiz Antonio disserta sobre os escolares que apresentam algum desvio de comportamento e que, portanto, necessitam de normalização.

A sanção é normalizadora porque faz funcionar a disciplina através do estabelecimento da norma, da medida que permite avaliar e julgar, normalizando por meio da comparação, da diferenciação, da hierarquização, da homogeneização e da exclusão. É a normalização que impõe a regra a todos os que dela se afastam. Adotamos a premissa de Dreyfus e Rabinow (1995) de que, para efeito da normalização, todos os indivíduos são formalmente iguais; o que conduz a uma homogeneidade social a partir da qual se estabelece a norma de conformidade.

O ensino da Higiene proposto por Luiz Antonio dos Santos Lima abrangia múltiplos aspectos relacionados à educação física, à educação sexual e à educação moral e comportamental. A preocupação com o aspecto mental da educação tem o intuito de moldar e treinar o corpo do escolar e também extrair-lhe o máximo de energias e utilidade.

O discurso médico-pedagógico defendido pelo autor propunha uma higiene mental como ciência aplicada, que visava ao equilíbrio psíquico, à saúde da alma e à preservação das psiconeuroses com o objetivo de proteger e melhorar o psiquismo humano, em meio a um contexto no qual a doença mental era colocada entre os mais temíveis flagelos sociais. Vejamos, a seguir, sua proposta de ensino sob medida.

O ensino, a medida

O contexto socioeconômico brasileiro em que a obra “Hygiene Mental e Educação” (1927) foi escrita determinava padrões de normalização da conduta e da moral da sociedade para que o progresso e a civilidade da nação fossem atingidos. Para isso, profissionais do campo da saúde propuseram medidas para a higienização dos corpos e mentes da população, pensando em campanhas em prol da vacinação e de uma boa alimentação, contra o alcoolismo e jogos de azar, a favor do curso de mães, entre outras.

Notamos que essas práticas de intervenção médica tiveram origem num contexto de desorganização social e foram vistas como a solução para os problemas diversos do início do século XX. A correção e prevenção dos distúrbios mentais das crianças foram pensadas por Luiz Antonio para o ambiente das escolas, permitindo ao ensino a medida certa para alcançar a educação completa dos escolares.

As práticas de higienização das mentes permitiriam a atuação dos médicos nos campos da moral, do corpo e da mente de cada criança, propiciando uma formação de hábitos sadios nos infantes. A análise das medidas profiláticas, que permitiriam a dosagem certa de ensino para cada caso de anormalidade observado nas mentes e nos comportamentos das crianças, evidencia o “ensino sob medida”, através da perspectiva da disciplina e da normalização dos corpos, as quais

objetivavam a “educação completa” – moral, intelectual e física – dos infantes como o fim da prática pedagógica.

As instituições escolares do início do século XX seriam as responsáveis por operar individualizações disciplinares e engendrar novas subjetividades nas crianças, contribuindo para a constituição da sociedade. Tal como salienta Foucault (1995, p. 174),

[...] do tempo (atrasos, ausências, interrupções de tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), do modo de ser (indelicadeza, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos inconformes, falta de asseio), da sexualidade (imodéstia, indecência).

Dessa forma, o controle é tido em Lima (1927) como a medida para o alcance da educação completa dos escolares. Para isso, o autor potiguar propõe que o comportamento de cada escolar seja alvo de observação e análise para que, através dos preenchimentos de fichas escolares, cada criança tenha um dossiê objetivo sobre sua infância. Esse controle dos comportamentos deveria ser aplicado regular e constantemente.

Lima também ressalta a preocupação no sentido do controle também do espaço: especificamente a importância da distribuição do espaço dos escolares segundo os níveis mentais. Segundo ele, a divisão dos escolares não deveria ser feita de forma aleatória: o ensino deveria ser ministrado de acordo com a evolução psíquica de cada um e as classes deveriam ser determinadas de acordo com orientações dos médicos e não conforme o caráter falível da idade.

Seria através dos testes de inteligência que a medição do nível de inteligência dos escolares – de forma a melhorar o rendimento de cada um e evitar o cansaço mental da criança – seria possível. Para Lima (1927, p. 28),

a distribuição das classes por este feitiço lógico e científico não visa unicamente o melhor aproveitamento dos escolares e sim um meio de evitar que a criança se enerve, já no afã de hombrar com as mais evoluídas, já no receio de censuras ou castigo das professoras.

A disciplina e o controle das mentes dos escolares intentavam, então, organizar o espaço através da repartição dos indivíduos, controlar as atividades através do controle do tempo, especificar cada indivíduo – generalizando-o através

de uma vigilância hierárquica –, organizar as diferenças através de uma sanção normalizadora e reproduzir e produzir o saber através dos exames físicos e mentais.

Dessa forma, qualquer desvio de comportamento, qualquer dificuldade física ou mental sofreria as medidas de intervenção médica e de correção da anomalia: para cada caso, um plano de ação; para cada desvio, uma correção; para o ensino, várias medidas. Com isso, crianças com comportamento suspeito – os “idiotas”, os “débeis mentaes”, o “preguiçoso”, o “triste”, o “medroso”, os “instaveis ou nervosos”, os “emotivos”, os “perversos”, os “hystericos”, os “impressionaveis”, os “presumpçosos ou convencidos”, entre outros desvios descritos na tese – seriam corrigidas nas suas imperfeições, conforme o grau de anormalidade percebido.

O comportamento anormal se revelará desde os seus primeiros sinais, por isso o diagnóstico precoce dos desvios de normalidade é importante, já que “permite tomar, em face dos anormaes, todas as providencias pedagogicas convenientes, ao mesmo tempo que subtrahir os normaes á sua influencia nociva” (LIMA, 1927, p. 22).

Cabe ao professor, a partir da observação e da sua experiência, apontar ao médico escolar as crianças que parecem afetadas de anormalidades (seja de patologias, de indisciplina ou de inadaptação ao ritmo escolar).

Uma vez identificado o desvio, o médico se incumbe de fazer um diagnóstico preciso da anomalia. Com a colaboração dos professores e a aplicação dos testes psicológicos, precisa “a qualidade e a quantidade do retardamento e do deficit mental em causa”; com o auxilio dos pais, procura a etiologia da anomalia da criança – “alcoolismo, syphilis, tuberculose, etc.” (LIMA, 1927, p. 23); e, por fim, ao médico cabe

Propôr um tratamento médico-etiológico, si fôr possivel (insufficiencia endocrinica, heredo-syphilis, tuberculose), e designar para cada creança as medidas especiaes a tomar, segundo a categoria do seu *deficit*: classe de repetição, para os atrasados por insufficiencia de escola; escolas ao ar livre, para os retardados por miseria physica; escola de aperfeiçoamento, para os debeis intellectuaes; escola de reforma, para os perversos. (LIMA, 1927, p. 23, grifo do autor).

Luiz Antonio dos Santos Lima divide as anormalidades em sete grupos de “constituições psychopathicas” (LIMA, 1927, p. 37), definidas por ele como tendências que permitem observar a personalidade da criança e prever a psicose que está passível de evolução. São as categorias que estabelece: *hyper-emotiva* –

com indivíduos emotivos por futilidades, cujas manifestações são exageradas em intensidade e duração (nela estão os sensitivos, os impressionáveis, os tímidos, os hesitantes); *cyclothymica* – com indivíduos que apresentam oscilações de excitação e abatimento (os “hyperactivos” e “hypoactivos”, os “inconstantes”, os “borboletas”); *mythomaniaca* – grupo dos que apresentam tendência à mentira; *paranoica* – indivíduos com predisposição exagerada para o orgulho, dominação e desconfiança (classe dos “presumpçosos, convencidos”); *amoral* – grupo das crianças cínicas, perversas e turbulentas, que apresentam fraqueza dos sentimentos éticos e dos sentimentos afetivos (desobedientes, indisciplinados, rancorosos, malvados); *eschizoide* – grupo dos que se refugiam em si mesmo, fogem da vida real (“crianças preguiçosas e abstractas”); e, a última, *psychasthenica* – com indivíduos cujas incertezas os tornam irresolutos e inquietos, apresentam tendências às obsessões e fobias.

Sendo as “constituições psychopathicas” modalidades anormais na evolução do espírito (hereditária ou de causa muito antiga, afetiva ou física), Lima (1927) destaca a importância de a escola modificar, atenuar e extinguir os hábitos antes que eles cresçam com o indivíduo e constituam a sua segunda natureza. Assim, sugere diversas medidas de correção:

Quanto às emoções demasiadas, deve-se evitar provocá-las ou interrompê-las bruscamente, sendo importante “esclarecer-lhes [aos alunos] os riscos inevitáveis, a necessidade do esforço, da lucta, o prazer da victoria”; os professores devem evitar castigar ou ridicularizar os emotivos sob pena de praticarem verdadeiros crimes; as atividades físicas devem ser coroadas de êxito, pois “os insucessos têm uma repercussão desastrosa no seu delicado trama nervoso” (LIMA, 1927, p. 42-43); explorar os dons artísticos e as tendências religiosas, evitar muito café ou chá e alimentos condimentados ou fermentados também é aconselhável. Devem ser utilizadas essas mesmas medidas para os *psychasthenicos*.

Para os *cyclothymicos*, devem-se evitar as toxinas, as infecções, as leituras perigosas; os indivíduos com esse desvio não devem ser privado das alegrias e do exercício físico.

Os *mythomaniacos* são os que mais impõem cuidados da higiene mental, pois se predispõem à hereditariedade. A mentira, a “invencionice”, é normal e constitui uma fase transitória do desenvolvimento infantil; entre os 10 e 15 anos,

porém, deve-se impedir sua manifestação, orientando a criança e trazendo-a à realidade através de castigos simples e enérgicos que variam de “simples admoestações e ameaças [...] até provocar colera ou lagrima, indicio de efficacia” (LIMA, 1927, p. 47). Convém também incentivá-la a brincar com pessoas da mesma idade, orientá-la na escolha dos livros de literatura (as histórias policiais são prejudiciais), tomar cuidado com o cinema e teatro, pois tudo que exalte excesso à imaginação infantil deve ser afastado.

Lima (1927) aconselha que, aos orgulhosos, presunçosos e convencidos, tidos como *paranoicos*, devem ser ensinados, com cuidado, o limite do seu poder, pois a “tendencia mórbida ao orgulho, manda [...] muita prudencia, uma vez que não se póde golpear fundo ou tentar destruir aquillo que está profundamente vinculado á natureza delles. Seria até tornal-os vigativos e rancorosos” (LIMA, 1927, p. 49). Alerta para o fato de nunca elogiar o esforço do menino prodígio, futura criança manhosa, e mostrá-lo que existem outras tantas crianças mais dotadas do que ele. Devem ser colocados em classes mais adiantadas para que se sintam inferiores.

Indivíduos com constituições *amoraes* devem ser evitados através do combate ao alcoolismo, à sífilis, à procriação em condições anti-higiênicas, à união consanguínea (já que possui também caráter hereditário), entre outras medidas profiláticas. No entanto, se “aparecerem”, deve-se privá-los do convívio dos “meios immoraes, onde dominam o alcoolismo, a prostituição e a miseria moral” (LIMA, 1927, p. 52). Boa higiene, prática de esportes, leitura de obras leigas ou religiosas, momentos de constrangimento, ameaças de castigos, além de

privação de recreio, de classe, de jogos livres e de gymnastica, suppressão de privilegios de bom comportamento, restricção e privação da liberdade, dos passeios, do cinema, de tudo emfim que lhes seja agradável, todas essas medidas ligadas immediatamente á transgressão das normas impostas, são recommendaveis. (LIMA, 1927, p. 54).

Para os *eschizoides*, refugiados em si mesmos, utiliza-se a higiene da imaginação, evitando o abuso das leituras e dos espetáculos românticos, os simbolismos, a ociosidade, as abstrações e os sonhos. É preciso conquistar a confiança da criança para que ela não se refugie em si mesmo; caso contrário, é prudente buscar ajuda nos especialistas “afim de agir efficazmente sobre a evolução da eschizoidia” (LIMA, 1927, p. 56).

Cabe à escola primária ensinar os bons hábitos, corrigir os maus, dirigindo a formação do caráter da criança, já que esta costuma a ser mal ou pouco orientada no lar e até nos jardins de infância e nas escolas maternais. Tida como um ser em desenvolvimento, a criança, quanto antes inserida nas práticas da moralidade e bons costumes, será ajustada ao meio social e sua saúde mental permitirá que recuse as más ações, voltando-se para o bem e atingindo a emancipação e a tranquilidade de consciência.

Para Luiz Antonio dos Santos Lima, os hábitos contraídos durante a infância serão úteis durante todo o resto da vida. Assim, além da disciplinarização e normalização dos indivíduos anormais, cabe orientar a criança normal escolar quanto à educação cívica, às lições de higiene, à educação sexual, aos ensinamentos antialcoolismo e antitabagismo e ao perigo dos jogos viciosos para que o Brasil atinja o nível de desenvolvimento social de um país progredido e civilizado.

Trata-se de saberes e práticas que atingem a realidade mais concreta do indivíduo, seu corpo, e que, devido à sua estratégia de expansão por toda a população, funcionam como procedimentos abrangentes de inclusão e exclusão social, que constituem um processo de dominação com base no binômio normal e anormal. Dessa forma,

mediante los procedimientos normalizadores del examen y la "confesión", las personas se clasifican como objetos, "revelándoles" la verdad sobre sí mismos. Al construir de este modo a los sujetos, el poder moderno produce individuos gobernables. (MARSHALL, 1993, p. 29, "grifo do autor").

Governado, o corpo higienizado, na concepção de Luiz Antonio, "sigue siendo el lugar de aplicación del poder, pero es un poder que no busca destruir, sino salvar; no se trata ya de un poder sobre la vida, sino de un poder para dar vida" (MARSHALL, 1993, p. 25).

Assim, no intuito de controlar e normalizar o comportamento para prevenir as doenças da alma em cada criança, as medidas de higienização das mentes, observadas em "Higiene Mental e Educação", visavam principalmente à manutenção da saúde dos escolares segundo o padrão de normalidade instituído pelo saber médico do século XX.

Verificamos ainda que, imbuído da relação indivíduo-sociedade, a qual manifesta uma problemática que domina o pensamento moderno, Luiz Antonio privilegia a formação do sujeito como fundamento de todo o saber e de todo o seu significado. Destaca também que a formação completa – física, moral e intelectual – dos escolares está condicionada à medida adequada do ensino a ser implementada pelas práticas de higiene mental. Desse modo, o papel da formação da criança estava relacionado ao futuro desenvolvido do país.

O critério de normalização dos escolares a partir das medidas médico-sanitárias, permitiria ao ensino proposto por Luiz Antonio a medida certa para a unificação das suas operações num nível mais aperfeiçoado de especificação.

Conclusão

O ensino sob medida proposto por Luiz Antonio dos Santos Lima não pode ser pensado fora das relações de poder e saber presentes na sociedade do início dos novecentos. Seu pensamento médico-pedagógico aparece com um papel fundamental: é produtor de verdade, dos discursos vindos de uma sociedade burguesa a serviço do capitalismo, que persuade uma sociedade alienada pelo domínio surgido de uma condição de vida estruturada a qual lhes dava respaldo para o exercício do poder. O saber médico – e nele incluímos a obra “Higiene Mental e Educação” – controla a sociedade no intuito de vigiá-la e neutralizá-la.

Temos a clareza de que o nosso objeto de estudo poderia ser pensado de diferentes formas a partir da escolha de outros referenciais teórico-metodológicos. A pesquisa histórica nessa perspectiva foucaultiana objetiva mostrar que as práticas sociais podem constituir domínios de saber, que fazem aparecer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. Nossa proposta é especificar como pôde se formar, no século XX, um certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra, a partir de práticas sociais do controle, da vigilância e do exame, que se relacionam com a formação e estabilização da sociedade capitalista.

Entendemos também a responsabilidade de estudar um documento que se constitui como uma fonte primária, datada de 1927, e dele extrair reflexões concernentes a esse determinado período histórico.

Conhecer o autor da obra também se fez significativo, pois foi a partir da busca de informações referentes à vida de Luiz Antonio que pudemos compreender parte das vivências por ele experienciadas, permitindo-nos analisar parte do contexto em que “Hygiene Mental e Educação” foi publicada.

Apresentar Luiz Antonio dos Santos Lima é mostrar como ele se tornou a figura potiguar que, pertencente à intelectualidade novecentista brasileira, ajudou a influenciar a sociedade da época através da sua proposta de higienização das mentes dos escolares. Sua proposta de ensino de higiene mental como programa curricular, com ênfase na relevância das práticas de higienização das mentes nos escolares, dá a possibilidade de a educação produzir uma espécie de “saneamento” mental junto às novas gerações e formular procedimentos a serem observados, visando às condições propícias a um desenvolvimento psíquico sadio de cada escolar.

A escola foi considerada o local ideal para disseminação das propostas de higiene no início do século XX; e as crianças, os campos de estudo e análise, as quais foram empurradas do seio da família, incapaz de educá-las, para as instituições produzidas com o fim de civilizá-las segundo o padrão disciplinar normalizador do período.

Essa sanção normalizadora visava à padronização dos comportamentos e dos gestos a fim de igualar as individualidades para uma nação disciplinada, civilizada e progredida. A adaptação e o ajustamento à disciplina permitiriam a correção dos instintos e desvios dos escolares.

A disciplina operou primariamente sobre o corpo, que foi tido como um objeto a ser analisado, estudado, docilizado e que se tornou passível de dominação, transformação e aperfeiçoamento. Seria por intermédio desse corpo moldável que, no ambiente escolar, as almas infantis seriam fabricadas e cultivadas.

Entendemos que a ortopedia física e moral dos escolares, através da disciplina e da normalização, tentou enquadrar os escolares nos padrões de normalidade da época. Vemos, portanto, a proposta de Luiz Antonio de higienização dos corpos e mentes dos escolares como uma estratégia política e educativa, que almejava a formação da identidade nacional, a partir do controle dos corpos.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006a.

_____. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006b.

CARDOSO, Rejane (Org.). **400 nomes de Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O tempo e eu**: confidências e proposições. Natal: EDUFRN, 1998.

COSTA, Karoline Louise da; MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. O Professor Luiz Antonio dos Santos Lima e sua Prática Educativa nas Instituições Escolares (Natal/RN, 1910-1930). In: VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2010, São Luís. Infância, Juventude e Relações de Gênero na História da Educação, 2010.

DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

LIMA, Luiz Antonio dos Santos Lima. **Hygiene Mental e Educação**. 1927. 178p. Tese (doutorado em Medicina). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1927.

MARSHALL, J. D. Foucault y La investigación educativa. In: BALL, Stephen J. (Org.). **Foucault y la educación**: disciplinas y saber. Madrid: Ediciones Morata S. L., 1993.

MELO, Veríssimo de. **Patronos e Acadêmicos**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1972.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.